



Relacionamento entre empresas e comunidades - *Capacitação e empoderamento*

● **Contextualização**

A experiência em campo e as pesquisas secundárias realizadas durante os quatro meses de projeto evidenciaram a necessidade de serem estabelecidos padrões de conduta e reciprocidade na relação comercial entre Empresa e Produtor Local (Famílias/Associações/Cooperativas), objetivando o uso sustentável dos ativos da Biodiversidade.

Dessa forma, foi visto que o modelo de relacionamento adotado pela Natura, principalmente, permite desenvolver economicamente os fornecedores, além de contribuir de maneira direta para o manejo sustentável dos ativos da biodiversidade brasileira, já que capacita e exige dos produtores a adequação aos padrões de qualidade e uso sustentável da terra. No entanto, por se tratar de um

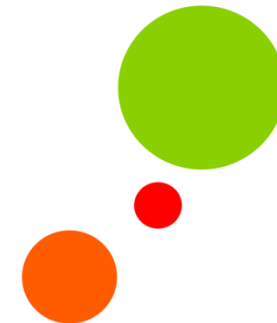


modelo de negócio com apenas três anos de atividade, foram constatados pontos a serem melhorados a fim de tornar a relação 100% transparente, justa e benéfica para ambos os lados. Houve, em casos como o Guapiruvu - na região do Vale do Ribeira - dissonâncias que impediram o estabelecimento de uma relação comercial saudável.

Portanto, a equipe do Bioelo considerou pertinente sugerir um guia de abordagem e de diretrizes para a atuação em comunidades que pudesse, em um futuro próximo, servir de benchmark para outras empresas que tenham interesse em desenvolver uma cadeia de valor a partir de um ativo da biodiversidade brasileira em conjunto com produtores locais, atuando no uso sustentável desta.

● **Diretrizes para o relacionamento entre empresas e comunidades**

- i. Na abordagem inicial, aproximar relações e declarar intenção em estabelecer troca comercial
- ii. Promover a paridade de informação
- iii. Organizar produtores
- iv. Viabilizar um projeto conjunto
- v. Institucionalizar negociação
- vi. Fomentar o desenvolvimento local



I. Na abordagem inicial, aproximar relações e declarar intenção em estabelecer troca comercial

A intenção comercial deve ser explícita e uma equipe/área de profissionais capacitados deve ser constituída dentro da empresa para conduzir os contatos.

- Aconselha-se que na composição dessa equipe existam profissionais ambientalizados com a realidade sócio-econômica local. Dado que o mosaico de etnias e culturas constitui grande complexidade em grande parte das regiões brasileiras.

- É importante que a empresa interessada em comprar ou pesquisar um ativo da biodiversidade em local habitado por comunidades nativas procure saber se existe e, caso exista, siga a legislação ou Medida Provisória vigente ao acesso ao conhecimento tradicional.
- Sugere-se a busca em estabelecer diálogo com o líder comunitário ou representantes da Cooperativa de produtores.

II. Promover a paridade de informações

Um dos grandes problemas nas mesas de negociação em geral é a disparidade de informações acerca do objeto a ser negociado. Este é um empecilho e ao mesmo tempo uma arma dos negociadores na hora de barganhar posições. No entanto

essa disparidade tende a pender para o lado que possui mais meios de acesso a informações e conhecimento, deixando assim o outro negociador em posição inferior para análise das possíveis saídas e alternativas para solução do problema.

Partindo-se do pressuposto de que as empresas estão interessadas em realizar o melhor acordo para elas e para as comunidades, propõe-se que as mesmas gerem e transmitam conhecimento sobre o objeto da negociação para as comunidades que estarão envolvidas no processo de venda de seus produtos.

Assim sendo, mostraremos ações possíveis para que exista maior paridade de informação entre empresas e comunidade que tenha como cerne a criação de uma relação mais equilibrada e de desenvolvimento mútuo.

Para que as comunidades tenham poder de discussão, é de extrema importância que estas sejam auto-suficientes em sua administração podendo negociar seus produtos de forma

independente. Logo, acreditamos que o papel dos governos, ONG's e empresas é auxiliar as comunidades transmitindo técnicas básicas de gestão que possam agregar valor a cadeia produtiva. Algumas diretrizes para orientar tal relação serão apresentadas a seguir.

Recomendamos, para que exista real desenvolvimento comunitário, que seja levada em consideração a construção de um relacionamento de longo prazo no qual haja continuidade e disseminação dos programas de treinamento (ferramentas de gestão e maquinário). Para que estes não sejam perdidos é necessário que não se restrinjam a um único membro da comunidade, para que não sejam perdidos caso este migre para outra localidade.

É primordial que a empresa transmita sua expertise para a comunidade no que diz respeito a gestão e produção (informações detalhadas estão no tópico de sistemas produtivos e cadeia de suprimentos). Em nossa pesquisa de campo foi visto que as organizações produtoras têm lacunas em princípios básicos de gestão interna e externa. Medidas simples para combatê-los encontram-se a seguir:

Gestão interna - Fazer com que a comunidade possa compreender: Quais são os custos para produzir determinado produto? Receitas e Despesas (sazonais e fixas)? Margem de

ganho com cada produto? Estimativa da capacidade produtiva compreendendo a sazonalidade de cada produto. Atentar para a gestão financeira (importância da necessidade de capital de

giro, geração de caixa, vendas a prazo e etc). Para tanto, deve-se observar e levar em consideração o ambiente no qual a comunidade está inserida, tendo sempre em vista uma gestão flexível que deve ser formulada e moldada de acordo com as necessidades específicas de cada cooperativa.

Gestão externa - Suporte mercadológico por parte de ONG's ou empresas que orientem para que a comunidade tenha domínio sobre questões como: Quais são os produtos mais demandados? Quem são os principais mercados consumidores? Quais são suas expectativas em relação ao produto? Como a cooperativa pode diferenciar a si mesma e a seus produtos? Como a organização deve se posicionar na sua relação com os clientes? Quais novos mercados ela pode prospectar? Quais são as oportunidades ao se explorar os produtos da biodiversidade? Como fazer para que seu produto penetre de forma adequada no mercado?

Rastreabilidade - Esta agrega valor aos produtos, pois tanto o consumidor quanto as empresas valorizam cada vez mais

bens naturais livres de agro-químicos. (para mais informações ver o tópico de sistemas produtivos e cadeia de suprimentos).

Fundamentação jurídica - é necessário conscientizar as comunidades sobre todas as leis locais, nacionais que possam ter impacto em sua produção. É também importante que essas tenham consciência de seus direitos no que diz respeito ao seguimento de um padrão mínimo segurança no trabalho para que possam exigir isso das empresas envolvidas em contratos comerciais e assim estimular o aperfeiçoamento da segurança de sua cadeia produtiva. Tal atitude além de proteger os produtores, resguarda a imagem da empresa e sua cadeia produtiva junto à sociedade civil. As medidas acima visam fortalecer as comunidades na hora da negociação de seus produtos, criando uma situação na qual as comunidades possam ao menos tomar decisões informadas e baseadas em fatos, trazendo enfim mais equilíbrio à mesa de negociação.

iii. Organizar os produtores

Existem inúmeras vantagens - tanto para a empresa quanto para os produtores locais - em serem consolidadas as Cooperativas e

Associações de produtores como pode-se ver no quadro a seguir:

Ao considerar a organização comunitária como benéfica para o fornecedor e para a empresa, buscamos mostrar como este também beneficia a comunidade e quais as formas para desenvolvê-lo. O cooperativismo como forma de organização das comunidades produtoras é a uma maneira muito eficaz de empoderamento destas.

Vantagens competitivas para o Fornecedor (Cooperativas/Associações de produtores)

- Maior capacidade de atender às demandas empresariais de matérias-primas
- Mobilização maior na adequação dos padrões de sustentabilidade e manejo exigidos pelo mercado/empresa compradora
- Produto com maior valor agregado
- Maior poder de barganha na negociação de preços
- Organização e recebimento de benefícios (Capacitações em gestão e em mecanismos de plantio e manejo sustentável da biodiversidade)

Vantagens competitivas para a empresa

- Garantir o uso sustentável da biodiversidade no seu negócio, a partir da exigência disseminada em rede (Cooperativas e Associações) dos padrões de manejo sustentável para a comercialização
- Alinhar a sustentabilidade com sua cadeia de suprimento (fornecimento), atrelando sua atuação conjunta com Cooperativas/Associações à imagem corporativa
- Centralização nas negociações com fornecedores
- Maior previsibilidade na oferta de produtos;
- Incentivar o desenvolvimento sócio-econômico local

A partir da organização em cooperativas as comunidades podem se fortalecer para suprir de maneira mais eficiente as demandas do mercado. O cooperativismo estimula as decisões democráticas e a responsabilização mútua de seus membros. Além disso, organizadas em cooperativas, as famílias produtoras passam a ter uma posição mais uniforme, o que favorece as relações internas de produção e também as relações externas com as empresas, uma vez que se tem um ganho qualitativo de representatividade organizacional.

O sistema cooperativista já é bastante difundido no Brasil e na região Amazônica não é diferente. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras existem mais de sete mil cooperativas no país.

Como foi visto em campo, já existem comunidades organizadas em cooperativas praticando o extrativismo sustentável ou outras formas de exploração da floresta. Além de integrar a produção de seus membros, as cooperativas têm a vantagem de poder negociar com comunidades ou produtores autônomos, aumentando a penetração produtiva e, como já foi dito, facilitando a representatividade e a troca com as empresas. Em outras palavras, por ser um modelo bastante

difundido e estimulado, por organizações como o Sebrae¹, por exemplo, a criação de cooperativas nas comunidades produtoras pode ser um processo ágil e que beneficie tanto a comunidade quanto empresa. Para os produtores o sistema traz empoderamento, gestão, estratégia e organização, enquanto que para a empresa traz maior segurança dado que é mais fácil negociar e comercializar diretamente com uma entidade organizada como uma cooperativa do que com grupos diversos de agricultores. Vale ressaltar que o fomento ao cooperativismo já vem sendo realizado por empresas como a Natura

1

http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/cooperativismo/sugestao_de_roteiro.htm

Etapas para a formação de uma cooperativa:

O primeiro passo para se formar uma cooperativa em uma comunidade ainda não organizada é identificar uma demanda comercial que justifique economicamente a organização e vontade por parte das famílias de assumirem essa responsabilidade institucional.

Se a demanda não justificar tal investimento organizacional, sugere-se que essa comunidade faça um acordo com uma cooperativa próxima para conseguir vender seus produtos por um preço que lhe seja favorável.

No processo formativo das cooperativas duas práticas são recomendáveis: Primeiramente o esclarecimento e assessoramento jurídico, ajudados por empresas, ONGs ou entidades governamentais para apoiar as comunidades na formação das cooperativas.

A segunda prática, que já vem acontecendo em algumas regiões, é o intercâmbio entre cooperativas de uma mesma região ou entre comunidades em diferentes estágios de organização. Este intercâmbio pode ser feito por meio de um final de semana de visita com palestras e cursos e, até mesmo uma iniciativa de comunicação a distância pode se

tornar uma importante ferramenta para impulsionar o desenvolvimento organizacional a partir da experiência alheia. Uma vez constituída a cooperativa, a comunidade deve se organizar para que a gestão aconteça da forma mais transparente e eficiente possível. Abaixo seguem práticas que podem auxiliar a organização:

Reuniões periódicas (mensais, ou com maior frequência de acordo com a necessidade)

Nestas reuniões deve haver um líder, que organizará o tempo e os temas e também um redator, que ficará responsável pela Ata.

É de extrema importância que a Ata seja de acesso a todos os membros da cooperativa para que estes saibam o que vem sendo debatido

Cargos rotativos e com períodos de gestão preestabelecidos

Manter a documentação atualizada: históricos e ata e de safras que possam servir como base para os novos gestores

Realização de work-shops e imersões de um final de semana a fim de fazer com que as cooperativas troquem experiências e práticas com outras organizações similares. Tal atividade servirá como ferramenta de fomento para o conhecimento prático e da gestão, colaborando para fortalecer o que foi explicitado no segundo item (Capacitação das comunidades com ferramentas básicas de gestão e contabilidade)

Uma vez que as cooperativas já estão formadas, as famílias produtoras devem consolidar seus esforços por meio de uma rede que articule as cooperativas de regiões próximas. Isso pode ser feito mantendo um relacionamento periódico que estimule a troca de experiências e informações. Para tanto, deve-se estimular a colaboração entre cooperativas, abandonando a idéia de que estas sejam concorrentes entre si. Como foi visto em Abaetetuba ou na ilha de Marajó há muitas empresas interessadas em ter relações comerciais com as distintas cooperativas e a demanda não deve ser um empecilho a médio nem em longo prazo, já que muitas vezes uma única cooperativa não consegue atender toda a demanda da empresa.

Pelo contrário, quanto mais organizada for essa rede de cooperativas, mais atraente se tornarão os negócios, pois as empresas terão maior certeza de que é possível suprir sua demanda somente com os produtos deste conjunto de entidades. Ao perceber que as comunidades estão mais organizadas e expandiram sua capacidade, outras empresas terão interesse em entrar no mercado. No que diz respeito aos produtores, caso haja logro por parte da empresa as redes comunitárias podem auxiliá-los a diluir custos ou realocar as vendas.

Por meio da união comunitária, o poder de barganha frente às empresas aumenta e práticas cooperativas já realizadas poderão assim servir como base de estudo para futuras negociações.

Enfim, como já explicitamos anteriormente, o fortalecimento dessa rede ainda servirá como proteção contra uma má safra que poderia levar ao não cumprimento do contrato, o que afasta empresas desse mercado. Diminui-se então a instabilidade da oferta, o que favorece o planejamento tanto para empresas, fornecedores quanto para comunidades.

IV. Viabilizar um projeto conjunto

A relação de compra de ativos da biodiversidade não deve ser vista como uma mera troca comercial, trata-se de desenvolver um modelo de negócios que permita o uso sustentável da biodiversidade, resguardando o avanço econômico/tecnológico do país. É necessário que se entendam as peculiaridades da troca comercial com as comunidades locais em sua maioria tradicionais e voltadas para outras formas de subsistência como a agricultura ou a pesca.

O entendimento dessa diferença leva a necessidade de uma nova forma de abordagem do processo de compra, não apenas como um ato comercial, mas como um processo de planejamento conjunto e contínuo entre compradores e vendedores ou empresas e comunidades.

Esse planejamento se dará na forma de um projeto com ações previstas para curto, médio e longo prazo.

Ações de curto e médio prazo:

Consolidar a comunicação entre a comunidade e seus principais stakeholders A comunicação, tanto interna quanto externamente, é primordial para que exista um

desenvolvimento contínuo, uniforme e sustentado entre as comunidades. Abaixo encontram-se práticas que fomentam e auxiliam no desenvolvimento deste importante requisito:

Eventos de conscientização e instrução: quanto maior for a informação transmitida dentro das comunidades a respeito de suas atividades, mais o ambiente será propício para que exista mudança social e progresso. Alguns exemplos de eventos que podem ser realizados dentro das comunidades são: conferências, oficinas, concursos, prêmios, peças de teatro, paródias, música, campanhas.

As comunidades devem ser incitadas a criar relações fortes e claras com seus stakeholders. Por relações fortes entende-se certa periodicidade de comunicação. Por exemplo, deve estabelecer-se que existam reuniões, ou contatos formais, entre os principais membros das comunidades e seus stakeholders com uma frequência pré-determinada, podendo ser intensificadas caso necessidade. Sugere-se que a comunidade tenha o contato direto de um membro da entidade parceira sem que existam intermediários. Ou seja, um membro de uma ONG, por exemplo, seria o responsável direto pela comunicação com determinada comunidade, e qualquer

contato que a comunidade quiser fazer com essa ONG deve ser encaminhado diretamente a esta pessoa.

Conclui-se que para a comunicação eficaz torna-se uma ferramenta primordial para a criação de um espaço para reunião e troca de experiências entre as comunidades. O que irá colaborar para que estas possam ter o conhecimento necessário para negociar com as empresas de forma que exista uma relação mútua de troca e não de exploração dos recursos da comunidade.

Ações de Longo- Prazo:

Conscientização da comunidade sobre seus recursos. Para que as comunidades passem a estar preparadas para a realidade comercial é necessário conscientizá-la sobre seus recursos e complementar a formação escolar é uma maneira para que isto ocorra. Assim sendo, seguem exemplos de atividades que podem servir para este fim:

Integrar disciplinas durante a formação do aluno para que este compreenda tanto a história das espécies presentes em sua região como suas propriedades.

Explicitar a importância da agricultura de subsistência para a região na qual o aluno está inserido. Uma forma de fazê-lo é trazer pais de alunos para contar sobre seu trabalho e sobre os efeitos positivos que as plantas têm: tanto os poderes medicinais, como alimentícios e mostrar como estas podem ser fonte de subsistência.

Apresentar o funcionamento da cadeia produtiva de cada planta/fruta e fomentar o interesse dos alunos para que estes desenvolvam projetos em conjunto sobre como é possível melhorar a eficiência da cadeia produtiva e gerar valor agregado para os produtos. Ex: o açaí pode ser vendido como fruta, polpa, mas também pode fazer parte de cosméticos, como ocorre com o caso da Natura, Curupira da Amazônia.

Mostrar os benefícios da diversificação da produção, do extrativismo consciente e da conservação da biodiversidade: Manutenção dos recursos naturais do solo e mais resistência contra pragas, o que possibilita reduzir ou dispensar o uso de agrotóxicos no plantio, promovendo assim uma colheita de produtos orgânicos e mais valorizados pelo mercado.

As comunidades devem ser estimuladas a ser organizar para entrarem na cadeia produtiva, mas deve se ter claro que o

extrativismo deve funcionar como uma complementação de renda através do manejo da floresta e não a única fonte de renda, o que resultaria em dependência da comunidade tanto para com as empresas quanto para negociar por outros produtos do seu dia-a-dia. O deslocamento da força de trabalho para as atividades extrativistas não deve causar prejuízo às atividades centrais de subsistência das comunidades.

V. Institucionalizar a negociação

Uma negociação se levada a cabo da forma tradicional corre grande risco de se tornar um “monólogo a dois”. As partes expõem suas vontades sem se relacionar com o problema em questão e sendo assim não buscam a melhor saída possível. Esse modelo tende mais uma vez a privilegiar o mais forte, por isso não serve para uma relação justa e equitativa com a comunidade.

Por esse motivo deve-se prezar por uma negociação baseada em critérios objetivos e âncoras justas e claras para todas, com isso entende-se clareamento de questões como preço, prazos de pagamento, volume demandado, contratos e

O projeto deverá ter como finalidade garantir a sustentabilidade das interações empresa/comunidade e comunidade/natureza, possibilitando assim a perenidade do uso sustentável da biodiversidade e das relações acima mencionadas.

etc. Apesar da etapa de equilíbrio de forças ou paridade nas informações a este ponto já haver sido ultrapassada, faz-se necessário ainda na mesa de negociação a presença de uma figura neutra no processo. O papel deste sujeito é o de trazer equidade e justiça a negociação, atentar para fatos que um dos lados possa não estar levando em consideração e apoiar a chegada ao melhor acordo.

A empresa Naturais da Amazônia adota, nesse sentido, um modelo interessante de relacionamento com as comunidades com que trabalha. Em toda negociação existem três atores, a própria empresa, a comunidade e uma ONG. Esses atores atuam como vigilantes dos demais, dessa forma se uma

das partes não estiver honrando com seus compromissos ou tendo uma atuação negativa, ela será colocada em cheque pelas outras duas pontas da tríade, o que pode resultar na sua substituição. Assim, se uma ONG não estiver cumprindo com o seu papel pré-determinado adequadamente, empresa e comunidade podem optar por substituí-la por outra ONG, e o mesmo vale para as comunidades e empresas respectivamente.

VI. Fomentar o desenvolvimento local

Uma vez formada e sob vigência de contrato de comercialização, as Cooperativas e Associações devem se emancipar e provocar a quebra de monopólio. Dessa maneira, a Cooperativa pode obter a estrutura necessária em Gestão e Produção para adotar postura ativa no mercado e buscar outros compradores para as matérias-primas da Biodiversidade. Há exemplos atuais de Cooperativas que inclusive já exportam produtos para países Europeus. Um exemplo é a cooperativa equatoriana Kallari que vendia cacau bruto extraído da floresta amazônica para atravessadores

O modelo aqui proposto se assemelha ao da arbitragem, no caso, contudo o árbitro não teria poder de veto ou voto, mas seria um consultor para a negociação. Pensou-se na montagem de um pequeno colegiado de três indivíduos um indicado pela comunidade, o segundo pela empresa e um terceiro por governo ou ONGs envolvidas para fazer esse intermédio de forma a dirimir possíveis conflitos de interesse do árbitro único.

locais, mas que, com a ajuda de uma ONG e um trabalho de reposicionamento mercadológico, passou a exportar seu Cacau finalizado em forma de barras. O produto, por ser original da Amazônia e um cacau puro de alta qualidade, tem alto valor agregado e muita demanda na Europa. A renda da cooperativa praticamente dobrou e foi criado acesso a um mercado antes inexplorado pelas comunidades locais.

Este cenário pretende criar um mercado mais competitivo, surgimento de novas Cooperativas de produtores e um empoderamento local em prol do uso sustentável dos ativos da

biodiversidade. Obviamente, toda a relação comercial descrita e idealizada acima deverá ser acompanhada por investimentos em infra-estrutura do governo, bem como o aprimoramento do marco legal que envolve a questão, fatores decisivos para que a primeira abordagem aconteça.

● Conclusão

Em suma, buscou-se com este capítulo de forma objetiva e sistêmica a criação de parâmetros para uma negociação de sucesso no novo paradigma do uso sustentável da biodiversidade e das relações responsáveis do ponto de vista social.

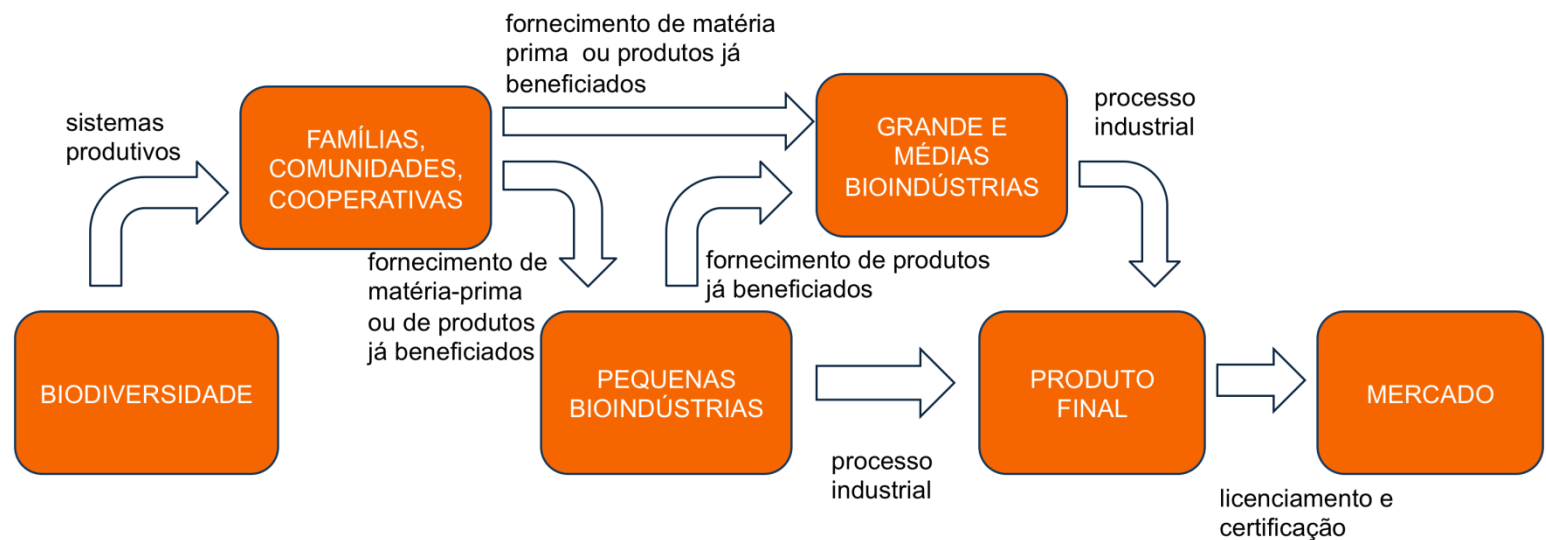
Espera-se que as empresas e comunidades se valham destas experiências e propostas para desenvolver uma posição proativa e descolada da ação de comando e controle do

governo. É através da vontade de fazer diferente e alinhando em sua estratégia ou simplesmente à cadeia produtiva, que se dará o pioneirismo brasileiro e os ativos da biodiversidade usufruídos de maneira sustentável

Sistemas produtivos

● Contextualização

O uso sustentável da biodiversidade, como forma de "(...) gerar mudanças (ainda que pequenas e graduais) na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção, alinhadas com a conservação ambiental."², depende da maneira como a cadeia de suprimentos de ativos da biodiversidade se estrutura, bem como os sistemas produtivos a ela relacionados. No contexto dos pequenos produtores das áreas de transição entre a mata preservada e as regiões agropecuárias, a cadeia de suprimentos da indústria de cosméticos pode ser genericamente representada pelo seguinte quadro:



² Site Ministério do Meio Ambiente, disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php>

A primeira etapa da cadeia de suprimentos é a maneira pela qual a população local extrai ou cultiva os ativos da biodiversidade. Tendo como característica a produção familiar, caracterizada pelo minifúndio voltado para subsistência, essas propriedades se utilizam de algumas formas de manejo importantes de serem mencionadas por conta de seu respeito ao meio ambiente. Dentre elas, pode-se citar o sistema Agroflorestal, o Manejo Florestal, a Permacultura e Agricultura Biodinâmica (vide tabela abaixo).

TABELA 1: SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS	
SISTEMA PRODUTIVO	CARACTERÍSTICAS
SISTEMA AGROFLORESTAL	Utilização da terra combinando espécies arbóreas lenhosas (frutíferas e madeiras) com o cultivo agrícola e/ou animal. Essa combinação de espécies diferentes pode ocorrer de forma simultânea ou em sequência temporal.
MANEJO FLORESTAL	Técnica geralmente realizada para dar suporte aos Sistemas Agroflorestais. O Manejo Florestal é conjunto de atividades voltadas para a colheita criteriosa de parte das árvores grandes, de forma a proteger as árvores menores. A adoção do Manejo Florestal ocorre em três etapas: escolha das espécies, arranjo espacial e arranjo temporal.
PERMACULTURA	Parte do pressuposto de que os sistemas produtivos organicamente integrados proporciona as necessidades básicas de maneira harmoniosa. Considera-se que o ambiente e o habitante local integram um mesmo e único organismo vivo.
AGRICULTURA BIODINÂMICA	Considera que a saúde dos ecossistemas dependem de sua conexão com forças de origem cósmica da natureza. Para reestabelecer o elo entre matéria e energia, é preciso buscar o equilíbrio entre diversas atividades agropastoris.

Todas essas formas de intervenção, de alguma maneira, auxiliam na conservação da biodiversidade pois necessitam dela para seu êxito.

Diversas experiências comprovam que esses sistemas produtivos, além de garantirem a manutenção da biodiversidade, proporcionam desenvolvimento e estabilidade econômica, a diminuição dos riscos da produção, a otimização de recursos e espaços e o equilíbrio da sazonalidade. Um exemplo desse sucesso é CAMTA (Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, no Pará), que adotou o Sistema Agroflorestal (SAF) após uma série de pragas que as monoculturas - cacau, pimenta-do-reino e hortaliças - da região sofreram. Esse manejo, então, se apresentou como uma alternativa para a manutenção da estabilidade produtiva no longo prazo. Vale ressaltar

que, para implantar o SAF, a CAMTA teve que superar algumas dificuldades, destacando-se o alto custo no curto prazo (investimento em tecnologias, mecanização e mudas) e o aumento da complexidade na produção.

Os sistemas produtivos citados acima estão sendo progressivamente incorporados pelas comunidades da região, dentro dos limites legais estabelecidos pelo Estado (vide tabela ao lado). Essa tendência ocorre em parte pela visão ecológica da população local e em parte pela pressão do mercado.

Apesar de ainda haver pouca consciência do consumidor final a cerca das certificações ecológicas, as grandes bioindústrias estão, cada vez mais, exigindo certificação de seus insumos para garantir a rastreabilidade de sua cadeia produtiva. Nesse sentido, nota-se a importância dos certificados que comprovem a origem e a forma produtiva adotada pelas comunidades locais e cooperativas:

- **Certificação orgânica:** A certificação orgânica, apesar de não garantir práticas de responsabilidade social no processo produtivo, é a mais valorizada no mercado. Ela

TABELA 2: ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

As áreas de preservação ambiental, são definidas por lei, na seguinte terminologia:

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	TIPOS	ACESSO E USO
PRESERVAÇÃO INTEGRAL	Estação Ecológica	pesquisa e educação
	Reserva Biológica	pesquisa e educação
	Parque Nacional	pesquisa, educação e lazer
	Monumento Natural	plano de manejo e regulamento da área
	Refúgio de Vida Silvestre	apenas acesso autorizado
USO SUSTENTÁVEL	Área de proteção ambiental	ocupação e exploração controladas
	Área de Relevante Proteção Ambiental	acesso e uso controlados pelos decretos de criação de cada unidade
	Floresta Nacional	pesquisa, educação, recreação e turismo
	Reserva Extrativista	acesso e uso controlados pelos decretos de criação de cada unidade
	Reserva de Fauna	visitação permitida com caça proibida
	Reserva de Desenvolvimento	permitido
	Reservas particulares de patrimônio natural	pesquisa, ecoturismo, recreação e educação

assegura que o produto oferecido ao consumidor exclui o uso de agrotóxicos, fertilizantes solúveis, hormônios e qualquer tipo de aditivo químico, além de garantir boas práticas ambientais como a conservação das áreas de conservação

permanentes e a não utilização de queimadas. A certificação orgânica pode ser feita por agências credenciadas a órgãos competentes e ao IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements), obtendo o ISSO-65, podendo ser essas organizações locais, internacionais ou por parcerias entre elas. A certificação também pode também ser realizada por grupos de pequenos produtores, desde que existam mecanismos internos de controle adequados.

● **Certificação sócio ambiental:** Essa certificação, mais complexa de se adquirir do que a orgânica, é também mais abrangente. Ela garante as boas práticas sociais nas propriedades agrícolas. Entretanto, por motivos relacionados à cultura de consumo, esse certificado é menos valorizado que a certificação orgânica. Isso ocorre porque muitos consumidores ainda não identificam a oferta de valor trazida por esse selo. Organizações como a Imaflores emitem esse tipo de certificado, como o Rainforest Alliance Certified, que requer cerca de noventa critérios para sua emissão.

A adequação do sistema produtivo nesses critérios de certificação é um desafio para as comunidades locais. Dessa forma, o foco desse tópico é elaborar diretrizes que envolvam os principais atores (governo, empresas e ONGs) no suporte às

comunidades na
adoção e
manutenção de
sistemas produtivos
sustentáveis.



● **Diretrizes para sistemas produtivos**

- i. Apoiar e capacitar as comunidades no desenvolvimento e implantação de sistemas produtivos sustentáveis
- ii. Estabelecer políticas de incentivo econômico para a produção sustentável
- iii. Desenvolver a infraestrutura necessária para a produção sustentável



Í. Apoiar e capacitar as comunidades no desenvolvimento e implantação de sistemas produtivos sustentáveis

■ Fortalecer e expandir os programas governamentais

O governo desenvolve uma série de iniciativas com o objetivo de fortalecer os sistemas produtivos comunitários. Esses projetos "(...)apoiam centenas de famílias na implantação de iniciativas inovadoras que consistam na utilização sustentável e conservação dos

recursos naturais, manejo e sistemas agroflorestais, apoio para a organização comunitária e da infraestrutura (micro-usinas de beneficiamento), capacitação técnica para a coleta e cultivo de espécies de interesse econômico"³. Dado a importância de ações governamentais, propõem-se que haja um fortalecimento e maior abrangência das seguintes iniciativas:

- **ProManejo** (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal): Esse é um projeto do Ibama apoiado por entidades internacionais. Ele, com o financiamento do banco alemão KFW, da Agencia de Cooperação Técnica e do Banco Mundial, integra o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. O projeto tem três componentes: apoio a iniciativas promissoras, o sistema de controle e monitoramento da atividade madeireira e a conservação da Flora do Tapajós.
- **ProVárzea** (Projeto Manejos dos Recursos Naturais na Várzea): Esse projeto surgiu com o intuito de cuidar de alguns problemas como a ausência de gestão da várzea, a degradação dos recursos naturais na região, os conflitos ligados à pesca, a falta de regularização fundiária e as ações não-coordenadas dos diferentes níveis de governo na Amazônia. Ele resultou num grande aprendizado relacionado ao manejo desse tipo de bioma e na formulação de políticas públicas para seu aproveitamento sustentável.
- **POEMA** (Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia): Promove projetos de desenvolvimento sustentável na região urbana e rural da Amazônia, por meio da articulação dos atores públicos, privados e não governamentais. O programa busca reforçar e estimular as formas de organização social e produtiva das comunidades. O POEMA capacitou cerca de 18 mil pequenos produtores, tanto no apoio de formação de cooperativas quanto na implantação dos Sistemas Agroflorestais e pequenas oficinas de beneficiamento. Oferece ainda oficinas de capacitação.

³ MIGUEL, LAÍS MOURÃO. Experiências sobre a Utilização da Biodiversidade: as bioindústrias de cosméticos na Amazônia brasileira.

■ Promover benchmark entre comunidades

As comunidades da região possuem níveis de organização muito distintos, tendo algumas comunidades apresentado grandes evoluções em termos de estrutura e produção. Um exemplo significativo é o de CAMTA, cooperativa que possui organização semelhante à organização de uma empresa de médio/grande porte. Na região do Nordeste do Pará, os processos produtivos de CAMTA são considerados referência e vem atraindo outras comunidades que querem conhecer o sistema adotado pela cooperativa.

A promoção de benchmark como estes é de grande valia, uma vez que a troca de experiências pode nivelar, em um patamar superior, a produção de diferentes comunidades.

■ Transferir a expertise de produção da empresa para as comunidades

A demanda da indústria de cosméticos por matérias-primas da biodiversidade está em franca expansão. Por outro lado, a oferta dessas matérias-primas pelas comunidades

possui limitações tanto do ambiente natural quanto da capacidade produtiva das populações locais.

A variedade de plantas amazônicas nativas - tradicionalmente coletadas nas florestas - apresenta um potencial de adaptação aos sistemas produtivos, permitindo a diversificação da produção. Nesse aspecto, as empresas podem desempenhar um papel decisivo no auxílio às comunidades na otimização da produção, no controle da sazonalidade e previsão. A Beraca, grande fornecedora de insumos da biodiversidade para o mercado farmacêutico e de cosméticos, reforça: “a sazonalidade da produção nem sempre é compatível com as necessidades de compra da empresa, porém a previsão e gerenciamento das comunidades são fundamentais para um relacionamento comercial bem sucedido”⁴.

Outro papel que a empresa pode desempenhar é o auxílio no beneficiamento dos produtos in natura. Como visto em campo na empresa Naturais da Amazônia, a comunidade era auxiliada com o know-how da extração de óleos das sementes. Além de fornecer esse conhecimento, a empresa ainda disponibilizava para a comunidade uma mini-usina de beneficiamento,

⁴ Site da ABRAS. Disponível em:
<http://www.abrasnet.com.br/clipping.php?area=11&clipping=1694>

adquirida com financiamento externo. Medidas como essa, além de elevar a renda da comunidade, proporcionam uma padronização da produção, uma vez que as comunidades passam a extrair o óleo das sementes seguindo procedimentos e métodos definidos pela própria empresa compradora.

■ **Auxiliar no processo de certificação e da rastreabilidade da produção**

O rastreamento de cadeias produtivas teve sua origem no mercado globalizado de alta exigência. Para que um país, ou seus empresários, possua êxito, principalmente nas suas exportações - claro que não excluindo o mercado interno - é necessária uma comprovação da qualidade de seus produtos e do impacto que eles causam no ambiente e no consumidor. No contexto dos cosméticos, mais precisamente dos produtos ambientais para sua manufatura, o rastreamento das cadeias produtivas é um grande passo para que seja conhecida e comprovada a procedência de produtos. Isso aliado a certificações orgânicas e/ou socioambientais é o melhor dos cenários para o aperfeiçoamento do mercado desses pequenos produtores rurais e o desenvolvimento dessas comunidades.

Assim sendo, é importante que as comunidades mapeiem a origem de seus produtos, de forma que se saiba qual foi a lógica produtiva, se são provenientes de Sistemas Agro-florestais, extrativistas ou se foram utilizados agrotóxicos. Logo, é importante conscientizar as comunidades produtoras para que estas incorporem o método produtivo mais adequado as tendências e necessidades do mercado.

No entanto, problemas de documentação fundiária, os altos custos referentes a resolução desses tipos de processos, o georeferenciamento (mapeamento da propriedade) e o cumprimento de algumas exigências das certificadoras levam essa possibilidade para longe da realidade dessas comunidades. O fortalecimento dos laços entre comunidades e bioindústrias com a finalidade destas auxiliarem no processo de rastreabilidade e de certificação pode ser uma importante medida para que essas companhias aumentem sua participação no mercado de cosméticos, desenvolvendo seus fornecedores, as comunidades extrativistas.

No caso da cooperativa COPEMAFLIMA, da Ilha de Marajó no Pará, a cooperativa já deixou de entregar seus produtos florestais a empresas processadoras por conta de seus produtos não estarem rastreados. Diretrizes como essas

realmente poderiam ajudar, no longo prazo, essas comunidades.

O papel das ONGs nesse sentido também é fundamental. Elas podem auxiliar as comunidades a processar informações sobre

rastreabilidade. Por exemplo, a organização FASE realizou um mapeamento e um diagnóstico local para o Centro Comunitário Unidos Venceremos que ajudou a comunidade a fornecer seus produtos para bioindústrias de grande porte.

II. Estabelecer políticas de incentivo econômico para a produção sustentável

“Queremos inverter a visão de que cortar e vender dá dinheiro para a visão de que conservar dá dinheiro.”

Carlos Minc – então Ministro do Meio Ambiente.

A produção sustentável tem como princípio a visão de longo prazo, o que contradiz, em parte, a lógica de máxima produtividade e lucro imediato proporcionado por sistemas tradicionais de cultivo, como a monocultura. Além disso, a implantação de sistemas produtivos sustentáveis requer um investimento inicial por parte da comunidade produtora. Por exemplo, o Centro Comunitário Unidos Venceremos, em Santo Antônio do Tauá, não implementou o Sistema Agroflorestal em sua região porque era necessário investir em tecnologias e em compra de mudas de plantas de diferentes espécies.

Considerando que tais sistemas produtivos são benéficos tanto para a comunidade - no que tange a estabilidade no longo prazo - quanto para a manutenção da diversidade biológica na área de cultivo, é necessário que haja suporte financeiro para as comunidades que produzem nesse tipo de sistema.

■ Políticas de remuneração da produção sustentável: Pagamento por Serviços Ambientais

Partindo do princípio de que a biodiversidade fornece serviços para a humanidade, a transformação da conservação e do uso sustentável em algo financeiramente atrativo é essencial. Nesse contexto, os Pagamentos por Serviços Ambientais são mecanismos de incentivos financeiros que conciliam as atividades de conservação com a geração de renda, principalmente no meio rural, onde as áreas de reserva legal e conservação permanente são vistas como prejuízos na produção. Os Pagamentos por Serviços Ambientais são transferências financeiras dos beneficiários de serviços ambientais àqueles que preservam a natureza.

Esse conceito se integra na definição do jargão externalidade. O uso dos recursos do meio ambiente geram externalidades positivas ou negativas. Assim, o Pagamento por Serviços Ambientais é uma forma de internalizar os custos de externalidades negativas.

No Brasil, já existem diversas ações de Pagamento por Serviços Ambientais, que poderão ser expandidas:

- Proambiente: paga um terço do salário mínimo a agricultores e pecuaristas que introduzem práticas menos impactantes na produção.
- ICMS ecológico: repasse de 25% da arrecadação do ICMS aos municípios que possuem unidades de conservação. Alguns municípios destinam 5% desse repasse para projetos de conservação ambiental.
- Compensação ambiental: em casos em que impactos ambientais são inevitáveis, o Estado deverá receber uma compensação financeira por esses impactos. Tal compensação, por sua vez, deverá ser destinada a projetos de conservação.
- Reposição florestal: destinado a empreendimentos madeiros, e funciona por meio de reflorestamento de áreas ou de pagamento de taxa de reposição.
- Isenção fiscal para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's): isenção do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR)

iii. Desenvolver a infraestrutura necessária para a produção sustentável

■ Aprimorar a logística de escoamento da produção local

A integração entre os elos da cadeia de suprimentos depende fundamentalmente da infra-estrutura logística da região. A melhora na infra-estrutura facilitaria o acesso às comunidades extratoras de ativos da biodiversidade. Conseqüentemente, as empresas seriam estimuladas a diversificar sua rede de fornecedores em pequenas comunidades ao invés de comprar de um único grande fornecedor que produz em larga escala nos sistemas agrícolas tradicionais, como a monocultura.

Nesse sentido, sugere-se:

Melhoria da malha rodoviária para interligar a comunidade extratora e produção

As péssimas condições das estradas da região paraense e a falta de abrangência da malha rodoviária aumentam os custos de frete e desestimulam as empresas a comercializar com as comunidades locais.

Desenvolvimento de formas de transporte alternativas

Desenvolvimento de formas de transporte alternativas: Considerando que as comunidades estão inseridas em plena floresta Amazônica, é necessário que haja alternativas de transporte menos agressivas ao meio ambiente, como hidrovias e ferrovias. Tais alternativas, para serem viáveis, devem ser economicamente vantajosas para a região.



○ O papel das organizações não governamentais

● Contextualização

As organizações da sociedade civil, que são quaisquer organizações formais que prestem serviços de ajuda e colaboração para as comunidades, são essenciais para o desenvolvimento das comunidades que utilizam a biodiversidade para seu sustento. Neste caso, estas organizações correspondem às Organizações Não Governamentais, as ONGs. Elas atuam de diversas maneiras, mas principalmente de modo a intermediar a relação entre as comunidades e as empresas para as quais vendem seus produtos, em geral primários.

● Diretrizes para organizações não governamentais

- i. Intermediar a relação entre a comunidade e as empresas como um agente neutro
- ii. Mediar o repasse de recursos financeiros públicos (fundos)
- iii. Organizar-se por meio de uma rede
- iv. Promover a articulação, gestão, capacitação e institucionalização das comunidades produtoras



Í. Intermediar a relação entre comunidade e as empresas como um agente neutro

Primariamente, quanto à esta diretriz, pode-se dizer que as ONGs possuem uma atuação muito importante ao intermediar a relação entre as comunidades produtoras e as empresas para as quais vendem seus produtos. Por serem considerados agentes neutros, atuam de maneira a beneficiar ambas as partes.

ii. Mediar o repasse de recursos financeiros públicos (fundos)

Tem-se que há diversas fontes de recursos financeiros públicos disponíveis. Entretanto, nem sempre os estes são destinados corretamente. Isto pode ocorrer devido a problemas envolvendo burocracia ou mesmo falta de divulgação das condições para financiamento. Pode-se apontar dois fundos que podem ser destinados para a conservação e uso sustentável da biodiversidade: o Fundo Amazônia e Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O primeiro constitui legalmente um Decreto, de número 6.527. É gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus recursos são oriundos de doações, sendo o governo da Noruega o grande doador. Seus principais objetivos são gerir florestas, controlar, monitorar e fiscalizar o meio ambiente, promover um manejo sustentável

iii. Organizar-se por meio de uma rede

Afirma-se que as ONGs variam tanto no tamanho, quanto na atuação e mesmo em termos da disponibilidade de recursos,

das florestas, conservar e usar sustentavelmente os biomas e, por fim, promover recuperação de áreas desmatadas.

Já o segundo é uma Lei, de número 7.797. Seu principal objetivo também é promover o uso racional e sustentável dos recursos naturais, além da recuperação de ambientes degradados, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos,

Devido a uma maior articulação no cenário macro, grandes ONGs podem acessar recursos de uma maneira mais fácil e distribuí-los para menores, ONGs que atuam na ponta, em contato direto com as comunidades produtoras. Estas podem compreender de maneira mais realista a questão tratada, de modo a levantar as principais demandas e problemas enfrentados pelas comunidades e tratá-los *in loco*.

financeiros ou não. Em muitos casos, não há uma interligação entre a ação das ONGs nas diversas localidades. Esta falta de comunicação é prejudicial, uma vez que a sabedoria adquirida,

erros, acertos, pontos fortes e fracos de algumas experiências não são transmitidos para aqueles que podem enfrentar cenários semelhantes, não tornando o processo mais eficiente e com uma menor incidência de erros.

Tal vínculo deve ser respaldado pela formalidade, por isso, credita-se que seria importante a criação de uma rede de articulação entre tais ONGs, para que trocas de experiências possam ocorrer de forma mais perenes, estimulando o diálogo e o aprendizado entre tal atores. Este modelo inicial e razoavelmente genérico em muito foi inspirado pela estruturação e articulação presentes na Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA – e no Observatório do Clima, no qual participam ONGs ambientais e movimentos sociais.

Cabe a esta rede elaborar um planejamento estratégico central, de modo a nortear as ações das ONGs que atuam na ponta, para que melhores resultados sejam alcançados. Cabe a estas organizações desenvolverem um planejamento estratégico local, que esteja em sintonia com o central, de modo a convergir os resultados para o crescimento e alcance de metas desta rede criada.

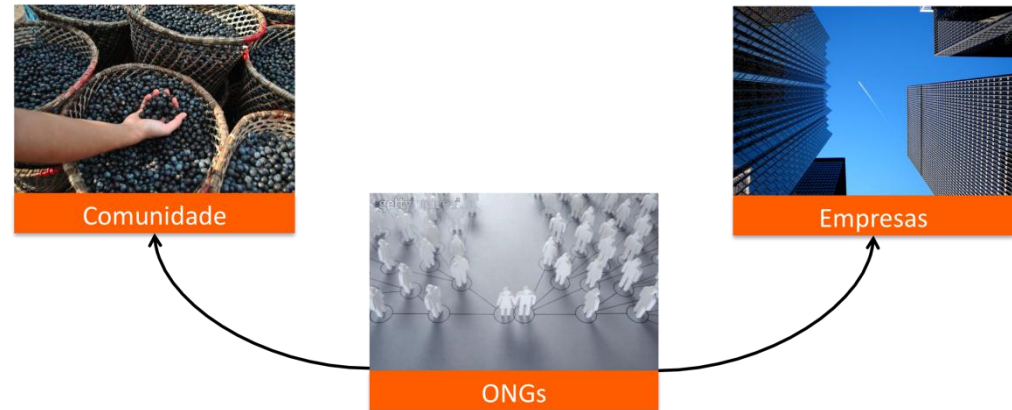
Por meio da criação dessa rede, espera-se que ocorra uma maior articulação entre as ONGs e que esses atores possuam uma maior voz, além de obter um maior poder de discussão e barganha no que tange à conservação e uso sustentável da biodiversidade.

IV. Promover a articulação, gestão, capacitação e institucionalização das comunidades produtoras

Por fim, as ONGs podem atuar de maneira direta com as comunidades produtoras. Pode-se dizer que em muitos casos atuam de forma a institucionalizar a comunidade, para que esta consiga melhorar seu acesso ao mercado. Além disso, pode também prover a comunidade de mecanismos para sua gestão. Também podem ter papel de articuladora entre os mais diversos atores, que são o governo, a sociedade civil e o mercado privado. Por fim, podem oferecer diversas capacitações à comunidade, como por exemplo de segurança do trabalho, entre outros, para melhor realizarem sua produção e de maneira segura.

● Casos

Durante a viagem de campo à Amazônia, foram visitadas diversas instituições. Dentre elas, algumas ONGs. Além disso, há casos em que a ONG possui um papel muito importante para o desenvolvimento de negócios. Abaixo serão tratados dois casos, um descrevendo a atuação de uma ONG e, no outro, um caso bastante interessante da atuação da ONG exercendo papel de intermediária entre uma empresa e algumas comunidades.



■ CÁRITAS / DED

A Rede Cáritas pertence à Igreja Católica e atua no Brasil em 170 entidades e em 10 regionais, formando a Cáritas Brasileira. A Cáritas de Bragança (PA), é pertencente à regional Norte II, que compreende os estados Amazonas e Pará.

Atuante nas áreas de defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, a Cáritas atuou em seu primeiro projeto com catadores de lixo, assessorando na criação de cooperativas e associações destes trabalhadores. Desde 2003,

aproximadamente 6000 trabalhadores foram beneficiados com os serviços de auxílio.

Em 2008, a Cáritas Bragança iniciou o auxílio à comunidade do Cearazinho, auxiliando no desenvolvimento da Cooperativa dos Caetés, que hoje é constituída por 40 associados e trabalha com produtos como Buriti, bacuri, andiroba, murumuru e cosméticos destes.

Com a ajuda da Cáritas, a comunidade conseguiu avançar em grandes passos no uso sustentável da biodiversidade,

abandonando práticas como queimadas e agregando maior valor aos produtos comercializados por meio de uma maior mecanização.

Outra importante ajuda para que tal cenário fosse possível é a do DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social), entidade alemã vinculada ao Ministério de Planejamento da Alemanha, que possui como principal objetivo o apoio a países em desenvolvimento na manutenção e uso sustentável da biodiversidade por meio envio de profissionais qualificados.

Neste caso, tal ajuda é de fundamental importância, uma vez que o suporte para aprendizado gerencial da cooperativa é necessário para que a mesma torne-se auto-sustentável a longo prazo. Sendo assim, foi vista a importância estratégica do DED na Cooperativa dos Caetés, ao dar apoio gerencial e ensinar métodos para que a cooperativa seja liderada da melhor forma possível.

Vale ressaltar porém, que apesar da importante atuação, a Cáritas enfrenta um grande problema de falta de recursos financeiros e humanos. Os serviços oferecidos pela mesma às comunidades é de vital importância e, contribui muito para uma melhora da qualidade de vida das mesmas, porém, tal atuação é prejudicada por tal escassez, impedindo que a Cáritas entregue às comunidades todo o seu potencial.

■ Naturais da Amazônia

A Naturais da Amazônia é uma empresa que trabalha na área de cosméticos naturais e obtém sua matéria-prima, óleos, das comunidades locais. Apesar de ser uma empresa, possui em sua governança uma ONG, com um papel bastante importante na relação com as comunidades.

Através de algumas universidades, foi desenvolvida uma mini-usina. Sua principal utilização está na extração de óleos de produtos da biodiversidade, como por exemplo da andiroba.

A produção vem de comunidades, que outrora eram apenas extrativistas. Recebem um financiamento para adquirirem a mini-usina. Para conseguirem a *expertise* de sua utilização, são fornecidos diversos tipos de capacitação para as comunidades, onde aprendendo a extrair os óleos. Este produto possui maior valor agregado, gerando um aumento de renda para a comunidade, que antes vendia somente as sementes.

A grande parte do marketing e a comunicação da NDA se dá de maneira virtual, através de seu website. Divulgam seu produto e trabalho para o Brasil e para o exterior. Possuem grande atuação na Europa, que tem mais de 92% da receita

oriunda das exportações. O país cuja presença é mais marcante é a Alemanha.

O principal deste negócio, para o presente trabalho, está no fato de relacionarem-se com as comunidades através de ONGs, que exercem o papel de facilitadoras. Estas participam ativamente no auxílio da gestão da comunidade. Cuidam de toda a gestão financeira dos recursos, incluindo no financiamento da mini-usina. Também se atentam para que os preços oferecidos pela empresa não sejam oportunistas, beneficiando também as comunidades.

Como foi visto, ao intermediar a relação da comunidade com a empresa, a ONG beneficia ambas as partes. Pelo fato de

saberem lidar com as comunidades, conseguem auxiliá-las a cumprirem as exigências das empresas. Desta maneira a comunidade se beneficia através do aumento de sua renda, assim como também a empresa, mas claro, cada um em uma proporção.

● Conclusão

Em suma, as ONGs desempenham um papel fundamental no contexto da biodiversidade. Os benefícios desta atuação são tanto para as empresas quanto para as comunidades, colaborando com o desenvolvimento. Esta intermediação é neutra e deve ser intensificada.

5. Alinhamento intersetorial

Como potencializar o impacto dos atores

O uso sustentável e conservação da biodiversidade é uma questão complexa e sistêmica por natureza. Impacta e é impactada pelos diversos atores da sociedade. Dessa forma, todos eles se tornam responsáveis pela sua efetivação.

O governo pode contribuir com o oferecimento de segurança jurídica aos demais atores, por meio de uma sólida legislação, e de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento em nível local em termos econômicos e sociais. As empresas podem atuar por meio de práticas que equilibrem seu interesse financeiro com o impacto social e ambiental que causam, de modo a repensar seu modelo de pesquisa e produtivo, além de incluir e oferecer oportunidades para aqueles com quem interage. As organizações do Terceiro Setor, por sua vez, têm potencial para articular e capacitar as comunidades produtoras, ademais de facilitar a sua relação com as empresas. Ainda, existe a comunidade

acadêmica, a qual oferece oportunidades de disseminação de conhecimento e desenvolvimento de modelos para validar as práticas em andamento. Finalmente, cada um, enquanto cidadão ou comprador, pode se propor a conhecer o tema e impactar de forma positiva para sua evolução.

Agora imagine todos esses atores trabalhando de forma conjunta.

Este capítulo tem o intuito de apresentar uma maneira de potencializar o impacto desses stakeholders, de modo que ele seja mais eficiente, efetivo e eficaz. Havendo sinergia, o benefício será conjunto.

Elencaremos as iniciativas já existentes para a promoção deste alinhamento, apresentaremos a nossa visão acerca deste cenário e finalmente, sugeriremos uma forma de potencializar o impacto dos diversos atores.

5.1 Contextualização

● Primeiro setor

O contexto que permeia o primeiro setor brasileiro é marcado por iniciativas internacionais que impactam internamente e nacionais em nível estadual e interministerial. A apresentação de cada uma delas está disposta a seguir.

■ Convenção sobre Diversidade Biológica – The Convention on Biological Diversity (CBD)

A CBD tem o objetivo central de buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Com a sua criação, a posição dos países em desenvolvimento tornou-se mais bem estruturada e o ambiente político internacional favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de princípios como o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. A convenção hoje foca e busca avançar de

maneira mais específica na questão da conservação da biodiversidade e do comércio bioético. Para isso, foi assinado, em 2008, um memorando de entendimentos com práticas a serem adotadas pelas empresas para desenvolver este modelo de comércio.

Os três objetivos macro da convenção são:

1. A conservação da biodiversidade;
2. O uso sustentável de componentes da diversidade biológica;
3. A divisão justa e equitativa dos benefícios retirados da utilização de recursos genéticos.

Há três principais mecanismos que buscam facilitar a viabilização e implementação da convenção. O primeiro deles é a Clearing-House Mechanism (CHM), uma rede baseada na Internet que promove a cooperação técnica e científica e o intercâmbio de informações. São centros nacionais e internacionais e instituições

com experiência relevante para reunir e organizar informações. O segundo mecanismo é a Convenção de Recursos Financeiros, a qual prevê recursos financeiros direcionados a países em desenvolvimento para a implementação da CBD. Esta é apoiada principalmente pelo financiamento dos governos membros e operado pelo Global Environment Facility (GEF), sob a orientação da COP, PNUD, PNUMA e Banco Mundial, bem como agências de execução do GEF, incluindo a preparação e o controle dos projetos. Para facilitar seu trabalho, a Secretaria desenvolveu, como terceiro mecanismo, a cooperação e parcerias com uma ampla variedade de agências da ONU, as convenções ambientais e organizações não-governamentais para que ofereçam apoio técnico e assistência.

■ **The Convention on International Trade in Endangered Species (CITES)**

A CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora) é um acordo internacional entre governos que tem como objetivo garantir que o comércio de espécies de animais e plantas selvagens não ameace sua sobrevivência.

Dado que o comércio de animais e plantas selvagens atravessa as fronteiras entre países, o esforço para regulamentá-lo requer uma

cooperação internacional para salvaguardar determinadas espécies da exploração excessiva. A CITES foi concebida dentro do espírito de cooperação e hoje concede diversos graus de proteção para mais de 30.000 espécies de animais e plantas. Vale ressaltar que trabalha conjuntamente com a UEBT (a qual será apresentada adiante) na facilitação do uso sustentável das espécies listadas pela convenção.

Embora a CITES obrigue os signatários a aplicar a Convenção, ela não substitui as leis do país. Ao invés disso, fornece um parâmetro a ser respeitado e incorporado nas leis para que possa ser implementado nacionalmente. Devido à natureza da convenção CITES e à dependência do setor privado sobre os recursos naturais, as empresas envolvidas devem estar cientes das implicações da convenção dispostas no Decreto nº 76.623/75. regulamenta a exportação, importação e reexportação de animais e plantas, suas partes e derivados, através de um sistema de emissão de licenças e certificados que são expedidos quando se cumprem determinados requisitos. Um dos requisitos para expedição de licenças é se determinado tipo de comércio prejudicará ou não a sobrevivência da espécie.

■ **The United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)**

A Unctad possui o papel de promover uma integração favorável dos países em desenvolvimento na economia mundial. Em 1996, a UNCTAD começou a apoiar esses países a tirar melhor proveito de sua biodiversidade, considerando que o uso sustentável da biodiversidade é fundamental para seu desenvolvimento a longo prazo. Para tanto, no mesmo ano, a UNCTAD criou a Iniciativa BioTrade, com o intuito de apoiar o desenvolvimento sustentável por meio de comércio e investimento na biodiversidade. A BioTrade foi desenhada e estabelecida em consonância com os objetivos de desenvolvimento e conservação global estabelecidos pela CDB, a CITES, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS). Juntamente com os países em desenvolvimento, a UNCTAD elaborou os princípios e critérios orientadores para o BioTrade, que tornaram-se a base de verificação para este modelo de comércio.

■ **Iniciativa BioTrade**

A iniciativa BioTrade ajuda países em desenvolvimento a

investir na produção e comercialização de produtos e serviços baseados na biodiversidade. Desde sua criação, a iniciativa busca promover o comércio sustentável de produtos da biodiversidade. Com o amadurecimento do projeto, foi criado um portfólio único de programas regionais e nacionais. Pode-se citar, por exemplo, o Programa de Facilitação (BTFP) que foca na gestão sustentável dos recursos da biodiversidade por meio do desenvolvimento, comercialização e promoção de novos produtos da biodiversidade.

O BioTrade almeja que os países em desenvolvimento obtenham o máximo benefício de seus recursos naturais, ao passo que preservam o meio ambiente. Um dos principais meios para viabilizar tal objetivo é deixar simplesmente de exportar bens primários para produzir produtos com valor agregado e serviços que não apenas gerem renda para as comunidades locais, mas também contribuam para a utilização sustentável da biodiversidade e a manutenção das pessoas em seu ambiente natural.

O programa funciona por meio de parcerias com os principais atores públicos e privados para promover empreendimentos e auxílio na elaboração de políticas.

BioTrade no Brasil

No Brasil, um programa para o BioTrade foi criado em 2004, por meio de uma iniciativa da APEX, Funbio e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) juntamente com a UNCTAD. A força tarefa brasileira pelo BioTrade buscou selecionar e fortalecer cadeias de valor baseadas em produtos e serviços da biodiversidade com potencial em alinhamento com os objetivos da CBD. O trabalho com as cadeias de valor será um ponto de partida para promover o comércio e o investimento em produtos e serviços da biodiversidade brasileira. O passo inicial do programa é selecionar uma cadeia de valor, tais como plantas medicinais, peixes ornamentais, frutas da Amazônia, entre outros, com potencial comercial nos mercados nacional e internacional. Uma estratégia para os grupos de produtos selecionados será posteriormente formulada em colaboração com os atores relevantes para cada grupo de produto e região. Com isso, permitirá que os diversos atores participantes de uma cadeia de valor tenham uma visão comum de introduzir práticas sustentáveis em todo o processo de produção. Um plano de trabalho será formulado em uma fase posterior de implementação, de forma a colocar os objetivos da estratégia em prática.

■ Grupo de Trabalho Interministerial brasileiro

O ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Cultura prepararam a portaria interministerial nº 08, de 09 de fevereiro de 2010, estabelecendo um grupo de trabalho interministerial para definir ações e programas por parte dos dois Ministérios para a implementação de uma política cultural de valorização e conservação da diversidade cultural e biológica para o desenvolvimento sustentável.

■ Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade⁵

O Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade foi instituído em fevereiro de 2005 e tem como idéia inspiradora o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Promove a articulação permanente entre o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a Comissão Interministerial de Mudança do

⁵ Dados extraídos de:

<http://www.bioclimatico.com.br/Document.aspx?IDDocument=300>.

Clima, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) e a Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), além de outras iniciativas públicas e privadas imbuídas de subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas ao tema.

O principal objetivo do Fórum é a conscientização da sociedade de São Paulo em relação ao aquecimento global do planeta e à perda da biodiversidade, apresentando os desafios em termos de oportunidades e da necessidade de preparar o estado para eventuais efeitos adversos. Além disso, visa ampliar a sinergia entre as temáticas: mudanças climáticas e biodiversidade.

O Fórum é presidido pelo Governador do Estado de São Paulo e suas discussões visam fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e convocar entidades governamentais, da sociedade civil e do setor empresarial paulista a se engajarem nas Câmaras Temáticas.

Como resultado, se propõe a publicar e distribuir cartilhas e livros, a fim de fomentar a disseminação de informações relevantes e de qualidade. Além disso, trabalha na elaboração de normas para a instituição de uma Política Estadual de Mudanças Climáticas e uma Política Estadual de Biodiversidade, em articulação com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e Política Nacional de

Biodiversidade respectivamente, sempre procurando internalizar, por meio de políticas setoriais, padrões sustentáveis de produção e consumo. Finalmente, pode-se citar o estabelecimento de indicadores de biodiversidade por meio da elaboração de um Relatório Estadual de Biodiversidade.

● Segundo setor

O contexto de iniciativas tangentes ao segundo setor brasileiro é caracterizado por organizações que promovem o alinhamento do meio empresarial. Segue abaixo a exposição das levantadas como principais

■ Conselho empresarial brasileiro para o desenvolvimento sustentável (CEBDS) ⁶

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) tem como desafio criar condições no meio empresarial e nos demais segmentos da sociedade para que haja uma relação harmoniosa entre as três dimensões da sustentabilidade - econômica, social e ambiental. Assim, a missão estabelecida é de “integrar os princípios e práticas do

⁶ Para mais informações, visite: <<http://www.cebds.org.br/cebds/bio-ctbio.asp>>;

<<http://www.cebds.org.br/cebds/cebds-quem-somos.asp>>.

desenvolvimento sustentável no contexto de negócio, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental”

Fundado em 1997, trata-se de uma coalizão de grupos empresariais do Brasil. Como representante do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), que conta com a participação de 185 grupos multinacionais, o CEBDS integra uma rede global de mais de 50 conselhos nacionais que estão trabalhando para disseminar uma nova maneira de fazer negócios ao redor do mundo. Sensibilizando e mobilizando empresas, trabalha em parceria com instituições acadêmicas e organizações não-governamentais, como também atua como porta-voz das empresas junto aos governos. Para viabilizar esta estratégia, o CEBDS vem estreitando sua relação com o governo federal e hoje integra a Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, Grupo Institucional de Produção Mais Limpa, Fórum Brasileiro de Mudança Climática, Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Fórum de Competitividade e Biotecnologia e outros órgãos que operam em nível ministerial.

Atualmente, trata especificamente da biodiversidade na Câmara Temática de Biodiversidade (CTBIO), que surgiu com a proposta de

promover o desenvolvimento econômico e social e, ao mesmo tempo preservar a biodiversidade.

■ **Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS – Round Table on Responsible Soy)**

Esta é uma iniciativa internacional iniciada em 2006 para promover o uso e a produção sustentável da soja, por meio do compromisso dos principais atores da cadeia produtiva da soja em seguirem um padrão global de produção responsável⁷. No Brasil, a Assembléia Geral da Mesa Redonda, de junho de 2010, aprovou seus critérios gerais, havendo princípios com foco na Responsabilidade Ambiental e critérios acerca da conservação da biodiversidade – um deles prevê a identificação de áreas de alto valor para conservação, onde o cultivo da soja não seria permitido. Enquanto o mapeamento necessário ainda não está finalizado (o prazo para a finalização é 2012), a identificação de tais áreas deve seguir os mapas oficiais governamentais ligados à CDB, como o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade.

⁷ Para mais informações, visite: <http://www.responsiblesoy.org>.

■ **Movimento Empresarial pela Biodiversidade (MEB)⁸**

O Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade foi lançado no dia 5 de agosto de 2010, tendo como objetivo comum o uso sustentável da biodiversidade como alavanca para sua conservação e o desenvolvimento social. Ademais da presença do setor empresarial, conta com o apoio das organizações da sociedade civil.

Os objetivos específicos são: promover a mobilização do setor empresarial brasileiro para o Ano Internacional da Biodiversidade; levar um posicionamento empresarial ao governo brasileiro por

⁸ Para mais informações, visite:

<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/4635/servicos_do_portal/noticias/itens/ethos_e_meb_articulam_protecao_da_biodiversidade_no_brasil.aspx>;

<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/4636-A-312CARTA%20EMPRESARIAL_MEB.pdf>;

<<http://www.portaldomeioambiente.org.br/meio-ambiente-empresarial/5462-carta-empresarial-pela-biodiversidade-e-lancada-em-sao-paulo.html>>.

meio da Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira, assumindo compromissos e solicitando ações internas e externas; e maximizar a iniciativa com o envolvimento da sociedade civil.

Dessa forma, cumprindo o segundo objetivo, em 23 de setembro de 2010 a Carta Empresarial pelo Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade foi assinada por cinquenta empresas. Esta apresenta nove propostas direcionadas ao poder público e oito compromissos do setor em prol de ações de conservação e uso sustentável dos elementos da biodiversidade brasileira. Dentre eles, se comprometem a adotar os princípios e objetivos definidos na CDB, incorporando em suas estratégias corporativas ações de manutenção da diversidade biológica, além da repartição justa e equitativa de benefícios advindos de seu uso.

■ **União para o Biocomércio Ético (The Union for Ethical BioTrade)**⁹

A União para o Biocomércio Ético (UEBT, em inglês) é uma associação sem fins lucrativos que promove a “Pesquisa com Respeito” de ingredientes da biodiversidade nativa. Os membros se

⁹ Para mais informações, visite: <<http://www.ethicalbiotrader.org/>>

comprometem a, gradualmente, garantirem que suas práticas de pesquisas promovam a conservação da biodiversidade, respeitem o conhecimento tradicional e assegurem a repartição equitativa de benefícios ao longo de toda cadeia de produção. Trata-se de uma associação internacional, criada em 2007, em Genebra, para promover o comércio ético de produtos da biodiversidade.

● **Estudos**

■ **TEEB, A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade**

O mais recente e principal estudo sobre biodiversidade é o The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB). Ele é uma iniciativa internacional para trazer a atenção para os benefícios econômicos globais da biodiversidade e os crescentes custos da perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas.

O objetivo do TEEB é reunir experiências, conhecimentos e habilidades em nível mundial nos campos da ciência, economia e política, de modo a viabilizar ações concretas e eficientes em resposta ao visível impacto causado pelas crescentes perdas da

diversidade biológica.

Baseado em um número considerável de pesquisas sobre fundamentos ecológicos, o Teeb comporta cinco relatórios para tomadores de decisão, administradores, empresas e negócios e para a sociedade civil.

Os principais dados destacados no relatório preliminar apresentado em maio de 2010 no Brasil são:

- Atualmente, mais de 60% de todos os ecossistemas do planeta estão ameaçados; desse total, 35% são mangues e 40% florestas;
- A demanda por recursos naturais excede em 35% a capacidade do planeta Terra;

5.2 Nossa visão

Como exposto, já existem iniciativas que congregam esforços em prol de práticas que promovam o uso sustentável e a conservação da biodiversidade. Alinhamentos internacionais impactam nas ações do governo brasileiro. Estados já estão se

- Caso o ritmo atual dessa demanda seja mantido, em 2030 serão necessárias duas Terras para atendê-la;
- Em 2000 e 2005, a devastação das florestas na América do Sul foi de 4,3 milhões de hectares; do total de hectares devastados, 3,5 milhões foram registrados no Brasil;
- O prejuízo anual com o desmatamento é de US\$ 2,5 a 4,5 trilhões de dólares à economia global - o equivalente a todo o PIB do Japão, o segundo maior do mundo.

organizando internamente. Ministérios estão trabalhando conjuntamente. Empresas estão articuladas. Estudos reúnem as informações mais relevantes. No entanto, ainda assim, identificamos a carência de um alinhamento intersetorial em nível

nacional, que congregue os esforços do governo, empresas, organizações do Terceiro Setor, academia e sociedade.

Uma base para este argumento está na edição especial brasileira para a COP-10 do Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, elaborado pela Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade (Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente), de outubro de 2010. O item “Principais obstáculos encontrados e lições aprendidas” diz:

A redução das pressões sobre a biodiversidade depende em grande parte do sucesso na integração das considerações sobre a biodiversidade nos diversos setores econômicos. O Brasil ainda está nos primeiros estágios desse processo, que requer um forte apoio político em favor da biodiversidade e um investimento muito maior de recursos na coordenação inter-setorial e na capacitação sobre questões relacionadas à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável para ser alcançado

Em outro trecho, nos comentários da meta 4.2, é dito que o Brasil está investindo esforços na integração de considerações sobre a biodiversidade em outros setores, embora os resultados

desses esforços ainda não sejam suficientes. Outro extrato reforça isso:

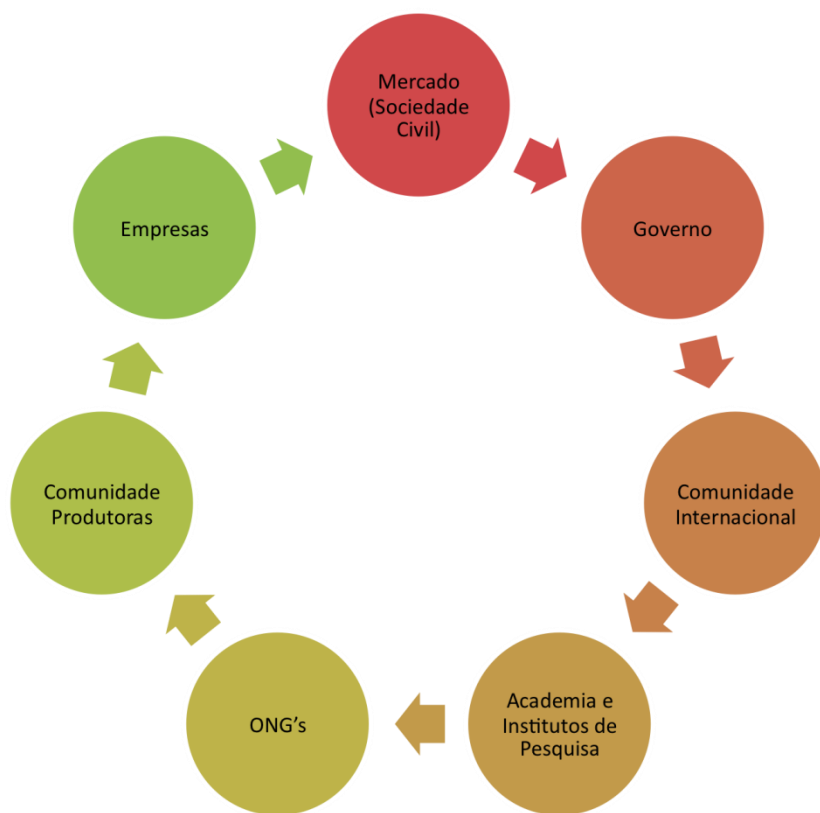
(...) As iniciativas individuais e freqüentemente isoladas do setor privado estão aumentando, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para enraizar as questões ambientais e biológicas em outros setores.

Finalmente, ao tratar das “Futuras prioridades pós-2010”, é sugerido como prioridade futura: “maiores investimentos no aprimoramento da integração da biodiversidade nas políticas, programas e ações dos diversos setores”.

Dessa forma, fica claro que o impacto dos atores envolvidos pode ser potencializado e que aqueles que já estão engajados, podem agir de forma mais alinhada e colaborativa.

5.3 Proposta

Nossa proposta é a formação de uma rede de nível nacional focada no uso sustentável e conservação da biodiversidade, composta pelo governo (incluindo as três esferas), empresas, organizações do Terceiro Setor, academia e sociedade, incluindo os consumidores e as comunidades produtoras. Seu objetivo principal seria unir os esforços dos principais atores, de modo que, alinhados, possam dialogar e colaborar entre si de modo a ampliar seus impactos na realidade brasileira.



A organização em rede tem como característica o seu dinamismo e permite a adaptação a mudanças no meio em que está inserida.

Dentro disso, a rede proposta teria as seguintes características fixas, a serem mantidas ao longo do tempo¹⁰:

- Reunião periódica entre seus membros: manter-se-ia atualizada.
- Integração com os pactos e iniciativas já existentes: a Rede absorveria as evoluções que já foram feitas na questão. Assim, estaria alinhada com resoluções da CDB, por exemplo, e procuraria abrigar os alinhamentos setoriais já existentes.
- Comprometimento com diretrizes: haveria uma série de práticas a serem seguidas por seus membros.

¹⁰ Vale citar a inspiração no MEB.

- Promoção de conhecimento e diálogo: os membros estariam comprometidos a intercambiar informações e dados sobre o tema, além de estarem abertos para o diálogo e opinião dos outros.
- Conscientização e disseminação do uso sustentável da biodiversidade: procurar-se-ia fomentar a conscientização daqueles que estão marginais à rede, de forma a buscar incluí-los.
- Desenvolvimento de práticas conjuntas: os membros deveriam buscar atuar de forma cooperada em determinadas iniciativas, de modo a repartir responsabilidades.
- Manutenção de práticas de monitoramento e controle mútuo: haveria uma série de indicadores que monitorariam o progresso da rede e, complementar a isso, os membros deveriam ter contato com as práticas desenvolvidas pelos outros, de forma a desenvolver um controle mútuo.
- Transparência: haveria transparência em todos os processos, tanto no que tange as motivações das decisões tomadas, quanto de seus resultados, de modo que todos os membros possam acompanhar a evolução da rede.

Vale ressaltar que existem duas formas de alinhamento, as quais podem ser divididas em etapas. A primeira seria aquela de construir valores, metas e compromissos conjuntos. A segunda

seria de operar e trabalhar conjuntamente, de forma complementar e articulada, viabilizando resultados que dificilmente seriam alcançados de forma segregada. Cada uma é imprescindível e deve ser promovida para que se potencialize o impacto das ações.

Ainda, a proposta é que todos os atores participem ativamente, estando comprometidos com metas, compromissos e ações para desenvolver. Assim, as ONGs, por exemplo, deixariam de apresentar um papel de suporte – como ocorre em algumas organizações atualmente – e passariam a atuar mais ativamente, tendo responsabilidades para efetivar em seu setor.

Determinadas as características, existem diversas formas de viabilizar esta Rede, dentre as quais destacamos duas. A primeira opção seria a formação do Fórum Brasileiro sobre Biodiversidade, que teria inspiração no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. A segunda alternativa seria a criação da Mesa Redonda sobre Biodiversidade, que se pautaria na Soja Responsável (RTRS – Round Table on Responsible Soy).

Além de poder se adaptar a diferentes modelos para sua implementação, a proposta pode também ser incorporada por uma ação governamental, como o Projeto Nacional de Transversalização da Biodiversidade e Consolidação Institucional (PROBIO II). Trata-se de uma iniciativa da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), ligada ao Ministério do meio Ambiente, que visa

facilitar o diálogo com outros setores e aumentar a consciência da importância da conservação da biodiversidade. O projeto, que tem duração prevista para 6 anos¹¹, pode ser descrito por meio da citação de um extrato da edição especial brasileira para a COP-10 do Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, de outubro de 2010, disposta a seguir.

Em setembro de 2008, o Ministério do meio Ambiente iniciou a implementação de um projeto financiado pelo GEF (Projeto Nacional de Transversalização da Biodiversidade e Consolidação Institucional- PROBIO II), concebido especificamente para integrar as considerações sobre biodiversidade em outros setores. O PROBIO II envolve cinco Ministérios, cinco agências e instituições de pesquisa de três setores diferentes: o Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); Empresa Brasileira

¹¹ Dados obtidos em:

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/saneam_meio_ambiente/repass/probio/index.asp.

de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA); e a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB).

O projeto é implementado por meio de três componentes principais: transversalização da biodiversidade no setor público; transversalização da biodiversidade no setor privado; e produção de informação sobre biodiversidade para o desenvolvimento de políticas públicas¹².

Assim, concluímos este capítulo com a proposição de uma rede em nível nacional que integre os diversos atores envolvidos no tema. Acreditamos que trata-se de uma lacuna existente atualmente para que seu impacto seja potencializado e torne-se efetivo na realidade brasileira.

¹² Texto extraído do documento disponível em <http://www.cbd.int/doc/world/br/br-nr-04-pt.pdf>, páginas 180 e 181.

